

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

FILOSOFIA NACIONAL, MESTRES EUROPEUS: INTELECTUAIS ESTRANGEIROS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FILOSOFIA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA (1908-1934)

Marco Antonio Bertoldi

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17822>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

FILOSOFIA NACIONAL, MESTRES EUROPEUS: INTELECTUAIS ESTRANGEIROS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FILOSOFIA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA (1908-1934).

MARCO ANTONIO BERTOLDI.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2253-5332>

marcoantonio_bertoldi@usp.br

Programa de Pós-Graduação em História Social (FFLCH-USP). São Paulo, SP, Brasil.

RESUMO: O trabalho analisa a institucionalização da filosofia no ensino superior brasileiro a partir da circulação de docentes estrangeiros, responsáveis pela conformação disciplinar e organização institucional dos primeiros cursos de filosofia (1908-1934). Na busca de compreender as estratégias de legitimação destes intelectuais no contexto paulista da Primeira República, investiga-se a atuação destas figuras no enraizamento de tradições filosóficas e na circunscrição de diferentes horizontes de profissionalização. Como resultado, a filosofia passa a ser encarada como um espaço compartilhado de atuação e contestação que se delineia a partir de relações sociais, institucionais e intelectuais ao longo do período, engendrando um espaço comum e interdependente de trocas marcado pela posição assimétrica entre as instituições e os agentes. A investigação teve como ferramental teórico a noção de figuração proposta por Norbert Elias (1970), ao passo que se privilegia uma análise que parte do indivíduo enquanto participante e produtor de redes intelectuais, escolha que permite apreender os sujeitos em suas múltiplas relações e interpretar o processo de institucionalização da filosofia universitária a partir das disputas entre diferentes arranjos de trabalho. Para dar conta da tarefa, mobiliza-se a produção intelectual e institucional, além da trajetória dos filósofos estrangeiros, o que proporciona reconhecer as condições de possibilidades e os limites decorrentes da estrutura local.

Palavras-chave: filosofia universitária, institucionalização, intelectuais estrangeiros, figuração.

NATIONAL PHILOSOPHY, EUROPEAN TEACHERS: FOREIGN INTELLECTUALS IN THE INSTITUTIONALIZATION OF BRAZILIAN UNIVERSITY PHILOSOPHY (1908–1934).

ABSTRACT: This paper analyses the institutionalization of philosophy in Brazilian higher education through the presence of foreign faculty members, who were responsible for shaping the disciplinary framework and institutional organization of the first philosophy programs (1908–1934). In an effort to understand the strategies these intellectuals employed to establish their legitimacy within the São Paulo context of the First Republic, the study investigates these figures’ role in establishing philosophical traditions and defining different paths toward professionalization. Philosophy is viewed as a space of action and contestation that takes shape through social, institutional, and intellectual relations throughout the period, engendering a shared and interdependent space of exchange marked by the asymmetrical relationship between institutions and agents. The research employed as its theoretical framework the notion of “figuration” proposed by Norbert Elias (1970), while prioritizing an analysis that takes the individual as both a participant in and a producer of intellectual networks, a choice that allows for understanding subjects within their multiple relationships and interpreting the process of institutionalization of university philosophy through the disputes between different arrangements of intellectual labour. To accomplish this task, both intellectual and institutional sources are used, along with the trajectory of foreign philosophers, which makes it possible to identify the conditions of possibility and the limitations arising from the local structure.

Keywords: higher education, institutionalization, foreign intellectuals, figuration.

INTRODUÇÃO

Um dos elementos presentes na história disciplinar da filosofia, apregoada a partir da década de 1960, é o componente estrangeiro (Canhada, 2020). A missão francesa, responsável pela organização disciplinar do curso criado na esteira da fundação da Universidade de São Paulo (1934), representa para esse esquema o fator indispensável na concretização de um discurso filosófico plenamente brasileiro conquistado nos anos 1960, ainda que logo interrompido pela ditadura militar (Arantes, 2021). A presença desse elemento na elaboração do passado disciplinar não é prerrogativa exclusiva da filosofia, muito pelo contrário, verifica-se em outras disciplinas. Da história às ciências sociais, da geografia à psicologia (Lira, 2017; Oliveira, 1999; Osés, 2025; Trigo, 2004), apesar de cada elaboração ser depreendida a partir de arranjos próprios, a participação de intelectuais estrangeiros – sobretudo europeus, mas em alguns casos norte-americanos – é associada à reorganização da divisão do trabalho e à fundação das disciplinas universitárias no Brasil. Nas últimas décadas, no caso da

filosofia, esse discurso tem sido tensionado, seja com a explicitação de desacordos internos (Rodrigues, 2011), seja com a contestação da universalidade da interpretação (Canhada, 2020).

O presente trabalho procura associar-se a esse tensionamento a partir da ponderação do processo de institucionalização da filosofia universitária no Brasil. Argumenta-se que a presença estrangeira em cursos de filosofia no ensino superior brasileiro não era novidade, mas uma prática recorrente na história dessa disciplina durante a Primeira República (1889-1930). Para dar conta dessa questão, examinam-se quatro intelectuais estrangeiros responsáveis pelo ensino ou pela conformação das matrizes curriculares em São Paulo: Charles Sentroul (1876-1933), Leonardo van Acker (1896-1986), Henrique Geenen (1874-1933) e Jean Maugüé (1904-1990). Os dois primeiros foram docentes na Faculdade Livre de Philosophia e Letras de São Paulo (1908), ligada ao Mosteiro de São Bento em São Paulo, em distintos momentos: Sentroul foi o lente de filosofia entre 1908 e 1917, enquanto Leonardo van Acker foi responsável pela cadeira a partir de 1922. Em relação a Henrique Geenen, este lecionou filosofia tanto no ensino secundário, em instituições do Estado de São Paulo, quanto no ensino superior, na Faculdade Paulista de Letras e Philosophia, criada em 1931 e dissolvida em algum momento entre 1933 e 1935. Por fim, Jean Maugüé foi o segundo professor de filosofia contratado para a Universidade de São Paulo (USP), substituto de Étienne Borne (1907-1993), e se tornou figura central no esquema interpretativo do passado disciplinar.

O trabalho procura apreender as possibilidades constitutivas que os sujeitos históricos tinham à sua disposição em determinado momento, condições que circunscrevem as acomodações possíveis, e quais foram as soluções que encontraram para lidar com os constrangimentos estruturais (Schlieben-Lange, 1993), de modo que a antinomia autonomia-determinação é dissolvida no tecido das relações humanas (Waizbort, 1999). Para isso, a noção de figuração proposta por Norbert Elias (1970, 2001) permite tomar os sujeitos e as instituições em suas múltiplas relações – intelectuais, institucionais, políticas – sem prescrever leis gerais de desenvolvimento nem eleger modelos como condutores da análise, reconhecendo que a autonomia dos agentes e as fronteiras do trabalho intelectual se transformam conforme a configuração específica de cada período.

Apesar dos variados estudos sobre os professores estrangeiros na USP (Cordeiro, 2008; Massi, 1991; Petitjean, 1996), a análise de outras instituições, ainda pouco exploradas, permite extrapolar o horizonte analítico, de modo a matizar a singularidade da missão francesa e compreender o entrelaçamento de distintas disposições que condicionaram a institucionalização da filosofia. Desse

modo, a associação das práticas intelectuais anteriores a 1930 com o “autodidatismo”, o “bacharelismo” ou o “amadorismo” não explica efetivamente as condições de implantação das universidades e a história da constituição das disciplinas no contexto nacional, restringindo-se a circunscrever a história disciplinar e a projetar no passado a compartimentalização do presente (Faria, 2004). A criação dos cursos de filosofia nas primeiras décadas do século XX não significou a ruptura imediata com as carreiras prestigiadas, visto que, ao examinar a constituição de uma disciplina em uma “comunidade intelectual” marginalizada, como é o caso do Brasil, é necessário levar em consideração as modalidades de trabalho intelectual existentes e consagradas no contexto local (Chew, 2000).

1. Uma história institucional da filosofia no ensino superior brasileiro

As faculdades livres, enquanto iniciativas privadas, foram criadas em um ambiente intelectual efervescente resultante de novas dinâmicas sociais, econômicas e políticas possibilitadas pela proclamação da República no final do século anterior. O período foi marcado pelo crescimento populacional – ocasionado pelas migrações interna e externa – e a dilatação das fronteiras urbanas, as quais impulsionaram o surgimento de novas demandas sociais nas camadas trabalhadoras e pelo alargamento das aspirações das elites dirigentes (Weinstein, 2022; Woodard, 2019). O fim do Império e as novas diretrizes políticas da República alteraram ligeiramente a estrutura do trabalho intelectual, especialmente no que se refere à multiplicação das instituições formadoras, fenômeno propiciado pela nova legislação republicana, pelo adensamento demográfico e pela modificação das condições de trabalho intelectual no país (Miceli, 1977). Ainda que marcadas por particularidades, as reformas educacionais estimularam a criação das faculdades por iniciativas particulares, e os agentes que as fundaram souberam aproveitar as oportunidades abertas pela legislação republicana e articulá-las com as demandas sociais de um meio urbano em rápida expansão para criar novas instâncias de produção intelectual

A primeira instituição a contar com o curso de filosofia no território nacional foi a Faculdade Livre de Philosophia e Letras, criada por iniciativa do abade Miguel Kruse (1864-1929), monge beneditino alemão que, em 1902, se tornou o responsável pela reestruturação do Mosteiro de São Bento na metrópole paulista na esteira da renovação beneditina (Konz, 2023). A Faculdade de Philosophia e Letras não foi a única iniciativa das lideranças religiosas da Igreja Católica no que se refere ao ensino superior. Ainda em 1908, por iniciativa do bispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo

e Silva¹, fundou-se a Faculdade Eclesiástica, vinculada ao Seminário Diocesano, que também criou um curso de filosofia, voltado para a formação dos seminaristas (São Paulo, 1908-1910), encerrado em meados da década seguinte. No mosteiro, o ensino da filosofia ficou a cargo do Monsenhor Charles Sentroul (1876-1933), sacerdote formado pelo Instituto Superior de Filosofia da Universidade de Louvain, indicado para a docência pelo Cardeal Désiré-Joseph Mercier (1851-1926). O lente de filosofia ficou no Brasil até 1917, quando retornou à Europa, encerrando a primeira fase da instituição; em 1922, Leonardo van Acker, também belga e formado em Louvain, foi escolhido como novo professor da cadeira de Filosofia, dando continuidade ao trabalho iniciado na década anterior, com importantes modificações na estrutura institucional e no currículo.

A abertura das atividades ocorreu em 13 de junho de 1908, e contou com a presença de figuras ilustres da política e da vida cultural da cidade, além de autoridades eclesásticas envolvidas direta ou indiretamente com a iniciativa. O curso de filosofia foi o primeiro a ser inaugurado e tinha previsão de ocorrer em três anos, com aulas ministradas em francês. Em consonância com a legislação vigente, a Faculdade Livre de Philosophie e Letras pretendia equivaler-se às faculdades oficiais, de modo que os estatutos eram semelhantes às exigências dessas instituições; apesar disso, a oficialização somente ocorreu na década de 1930. Para resolver a situação – visto que a falta de reconhecimento impedia a expedição de diplomas e, nesse sentido, o reconhecimento da titulação oferecida –, em 1911, a Faculdade estabeleceu um acordo com a Universidade de Louvain a partir da intermediação de Sentroul, e todos os formados pela instituição paulista obteriam título e diploma de Philosophie e Letras equivalentes aos dos alunos da faculdade belga. Esse acordo era explicitado em todos os materiais relativos à Faculdade de São Bento, de modo a legitimar sua pretensão intelectual e a atividade desenvolvida por seus estudantes e professores.

O retorno de Charles Sentroul à Bélgica, em 1917, aliado com o baixo número de matriculados no ano anterior, resultou no encerramento das atividades, fato que expressa a instabilidade educacional do período. Em 1922, no entanto, esse estado foi alterado com a chegada de um novo lente para o curso de filosofia: Leonardo van Acker (1896-1986). O novo lente de filosofia possuía certas semelhanças com Charles Sentroul, mas expressava sobretudo os novos horizontes do catolicismo internacional. Sua instrução fora realizada em outro contexto da renovação católica, especialmente

¹ Como nota Miceli (2009), D. Duarte Leopoldo e Silva foi uma figura central para o catolicismo do período, articulador profícuo na vida política e intelectual local.

marcado pela figura de Jacques Maritain e pela defesa de um posicionamento mais ativo dos intelectuais frente aos efeitos nocivos da modernidade escancarados pela guerra, transição que também se fez perceptível no crescimento da renovação católica nas décadas de 1920 e 1930. Além de van Acker, Alexandre Corrêa, antigo aluno da Faculdade e futuro catedrático de Direito Romano na Faculdade de Direito de São Paulo, o único a ter realizado seu doutorado na Universidade de Louvain em 1915, também ingressou como docente da instituição.

A segunda instituição paulista a contar com o curso de filosofia foi criada em 1931: a Faculdade Paulista de Letras e Philosophia, organizada em torno da Sociedade Paulista de Philosophia, esta criada no ano anterior. Ambas reuniram uma parcela significativa de figuras prestigiadas da capital, especialmente vinculadas ao ensino secundário e superior, ora como administradores, ora como intelectuais. A Sociedade significou um importante espaço de trocas intelectuais, bem como um terreno fértil para a constituição de laços de afinidade entre membros da elite intelectual paulista. O término das atividades derivou da Revolução Constitucionalista de 1932, levada a cabo pelos paulistas contra o governo provisório de Getúlio Vargas, o que afetou consideravelmente o funcionamento da instituição devido à transformação do prédio que utilizavam, o Colégio Caetano de Campos, em quartel. Em sua curta existência, no entanto, a Faculdade Paulista significou uma tentativa de institucionalizar o curso de filosofia. A instituição consolidou matrizes disciplinares e posições que, mais tarde, seriam herdadas ou combatidas por figuras vinculadas a Universidade de São Paulo (Costa, 2020). O curso de filosofia ficou a cargo de Henrique Geenen, alemão radicado no Brasil, ex-membro da Congregação da Missão (lazaristas) e professor de várias instituições de ensino secundário de São Paulo, como o Instituto de Ciências e Letras, o Ginásio Anglo-latino e o Ginásio Independência, nos quais lecionou filosofia, e o Ginásio de Ribeirão Preto, como lente de alemão e grego.

A legislação educacional republicana foi marcada por diferentes diretrizes nas décadas que sucederam ao fim do Império, mas manteve a tendência de desoficialização do ensino (Melo, 2023). A descentralização resultou na proliferação de instituições, especialmente nas carreiras contempladas pela legislação – Medicina, Direito e Engenharia –, uma multiplicação que, em certos casos, significou a inflação dos diplomas no mercado local (Miceli, 1979). Apesar dessa flexibilização, as novas diretrizes não contemplavam os novos cursos estabelecidos pelas faculdades livres, como o de filosofia. Desse modo, e visto que o reconhecimento como instituição de ensino superior dependia da equiparação com as instituições oficiais mantidas pelo governo, os títulos que surgiam no cenário intelectual não

desfrutaram de validação por parte dos órgãos públicos responsáveis pelo controle do ensino e, portanto, não tinham qualquer validade legal.

Além disso, a situação do ensino de filosofia no ensino secundário também produziu condições desfavoráveis para a difusão da titulação. Entre 1890 e 1925, o ensino filosófico foi constantemente marginalizado ou excluído dos currículos escolares pelas reformas republicanas (Almeida, 2024). A própria formação dos professores desconsiderava o ensino de filosofia, como demonstra sua ausência nos programas da Escola Normal de São Paulo (Almeida, 1995). Nesse sentido, a filosofia não dispunha de prestígio na arquitetura do sistema escolar brasileiro, o qual era marcado por uma dinâmica que, ao longo das primeiras décadas do século XX, relegou a segundo plano o ensino filosófico. Essa situação desfavorável resultou em significativos entraves para a institucionalização da filosofia. A principal dificuldade residia na impossibilidade de reconhecimento oficial e, por consequência, na falta de validade da titulação oferecida, o que atenuava consideravelmente o interesse pelo curso. Assim, os poucos “filósofos diplomados” precisaram orientar suas trajetórias para outros caminhos, com um número ainda menor de figuras que reivindicavam a formação como marca de distinção. A situação mudaria consideravelmente nas décadas seguintes.

A Universidade de São Paulo foi a última instituição a ser criada no recorte proposto pelo estudo, tendo sido constituída em 1934 pelo governo estadual por meio do Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Ao contrário das outras faculdades, todas de caráter privado, a USP foi levada a cabo pelo Estado de São Paulo, o que impactou significativamente sua estruturação institucional e composição disciplinar. A criação da universidade ocorreu nos marcos da reforma educacional de Francisco Campos, o que conferiu às entidades universitárias um mecanismo legal de amparo aos projetos institucionais e um sentimento de trabalho intelectual compartilhado, além de propiciar a presença de administradores no recém-criado Conselho Nacional de Educação, como Reynaldo Porchat, professor na Faculdade de Direito e primeiro reitor da USP (Miceli, 2001). No caso da filosofia, a reforma garantiu o reconhecimento legal dos títulos concedidos pelas novas instituições. Desse modo, a Universidade de São Paulo foi criada em outro contexto político, com uma legislação que contemplava os novos cursos universitários, além do estímulo federal para a proliferação de instituições e do apoio do governo estadual na constituição da USP, configurando uma condição distinta daquela enfrentada na Primeira República.

Na USP, o curso ficou inicialmente a cargo de Étienne Borne, *normalien* e *agregé* em filosofia, reconhecido por sua militância católica. Borne fez parte da primeira missão francesa, chegando ao país em 1934. Ainda que o contrato firmado com a Universidade garantisse sua permanência até 1936, ele retornou à França em dezembro do mesmo ano. Entre os seis professores da primeira leva de franceses, Borne e Michel Berveiller, este último contratado para o curso de literatura greco-latina, eram os únicos que não dispunham de posição em instituições universitárias, tendo cargos em liceus. Antes de sua vinda ao Brasil, Borne fora professor de filosofia no *Lycée* de Nevers, e, conforme conta Patrick Petitjean (1996), não havia sido a primeira escolha de Georges Dumas e Fernando de Azevedo para compor a missão. De volta à França, foi substituído por Jean Maugué, seu colega na *École Normale*. De maneira semelhante, Maugué também havia sido professor em liceu, tendo lecionado em Tulle e Montluçon antes de ser convidado por Dumas para trabalhar na Universidade de São Paulo. No entanto, ao contrário de seu antecessor, este gozava de prestígio maior no que se refere à memória disciplinar, considerado figura fundadora da filosofia no Brasil (Arantes, 2021). Cordeiro (2008) chega a afirmar que sua chegada permitiu a superação dos “influxos das veleidades ideológicas em voga” e da “situação de precariedade do âmbito cultural” (p. 23-24).

2. Professores estrangeiros, estratégias locais

Entre 1908 e 1934, somente considerando a cidade de São Paulo, foram cinco estrangeiros responsáveis pelo ensino de filosofia em instituições superiores recém-criadas: dois belgas, dois franceses e um alemão. A presença destes nomes revela alguns dados importantes para compreender a estruturação universitária da filosofia no país, em especial a percepção de que esse é um processo diacrônico, assentado nas condições da vida intelectual nacional, e não pode ser encarado como desvinculado das possibilidades estruturais efetivas. Em primeiro lugar, a pretensa excepcionalidade da USP não pode ser associada a qualidades supostamente derivadas da presença estrangeira, já que não foi a primeira instituição a contar com intelectuais europeus em seus quadros. Em segundo lugar, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, criada em 1934, não pode ser encarada fora das relações institucionais e intelectuais existentes; sua constituição resultou de questões, demandas e diretrizes produzidas ao longo das primeiras décadas do século XX, não devendo ser apreendida como se criasse as condições de sua própria aparição, de tal modo que qualquer outro arranjo disciplinar estive fadado a desaparecer.

Desse modo, ao encarar o processo sob limites cronológicos mais amplos, a prática filosófica e o discurso filosófico adquirem novas nuances, sem desconsiderar sua relação com outras formas de saber que circulavam entre figuras da vida intelectual local. A partir da trajetória – menos em seus países de origem do que no contexto de chegada – dos filósofos estrangeiros e das transformações institucionais das faculdades, torna-se possível compreender o significado de cada figura no processo de institucionalização. Não foi possível dispor do mesmo nível de informação para cada intelectual, mas o material empírico coletado viabilizou um exame detido de duas modalidades distintas de atuação no processo investigado: i) Charles Sentroul e Jean Maugué foram os responsáveis pela delimitação da matriz curricular nas respectivas instituições em que lecionaram, de modo que instauraram orientações duráveis na prática filosófica local; ii) Leonardo van Acker e Henrique Geenen atuaram de maneira decisiva nos debates acerca da educação nacional nas décadas de 1920 e 1930, de modo que orientaram sua prática filosófica para tal problemática. A constatação da existência de modalidades distintas não implica que estas sejam rígidas e que não possam convergir na trajetória intelectual dessas figuras, o que efetivamente aconteceu. De modo ilustrativo, Henrique Geenen é lembrado por João Cruz Costa, primeiro catedrático local de filosofia da USP, e Renato Locchi, figura importante nos estudos anatômicos e ex-diretor da Faculdade de Medicina, como a principal referência em suas respectivas formações intelectuais. A classificação em duas modalidades visa apenas aproximar certas características compartilhadas entre os filósofos estrangeiros, sem perder de vista suas particularidades, e apontar novos caminhos para compreender a participação de cada um na institucionalização da filosofia no Brasil.

Ao chegar ao Brasil para lecionar na Faculdade de São Bento, Charles Sentroul já dispunha de certo prestígio na Europa. Aos 32 anos, havia sido orientado por Désiré-Joseph Mercier, responsável pela criação do Instituto Superior de Filosofia da Universidade de Louvain em fins do século XIX por ordem direta do Papa Leão XIII e o principal nome do neotomismo belga no período. A tese “*L'objet de la métaphysique selon Kant et selon Aristote*” versava sobre os limites do kantismo, então em voga pela figura dos neokantianos, e argumentava em favor da filosofia aristotélica sob as lentes de Tomás de Aquino, sobretudo pela aproximação com as ciências modernas. Publicada em 1905 pelo Instituto Superior de Filosofia, a tese foi premiada com excelência pela *Kant-Gesellschaft* (Sociedade Kantiana), o que garantiu o acelerado prestígio de Sentroul na Europa, com a tradução da obra para diferentes idiomas ao longo das duas décadas seguintes. Nesse sentido, logrou constituir uma carreira intelectual de certo prestígio, de modo que chegou à São Paulo marcado por esse sucesso, além de sua formação religiosa firmada pela proximidade com uma das principais lideranças da renovação católica, D.

Duarte, figura prestigiada na elite paulista e com ampla atuação política, tendo sido o primeiro arcebispo de São Paulo (Miceli, 2009).

Conforme registrado em uma carta de Miguel Kruse a Alessandro Bavona, núncio apostólico no Brasil e intermediador entre o prelado local e o Vaticano, a intenção inicial da Faculdade não era se revestir de caráter religioso, de modo que o abade beneditino havia solicitado à Mercier um professor secular (Hüttner, 2025). Entre a solicitação e a chegada da carta na Bélgica, no entanto, Mercier não recebera o telegrama, o que o levou a indicar Sentroul como docente responsável pelo ensino no Brasil. A escolha se justificaria pela qualidade intelectual do jovem filósofo, além do seu prestígio no movimento neotomista. Assim, apesar de Miguel Kruse enxergar no Instituto Superior uma referência intelectual, a intenção da Faculdade era se revestir de um caráter laico, ao contrário da Faculdade Eclesiástica, fundada no mesmo ano. Por outro lado, a decisão de Mercier expressa o projeto de centralização empreendido pela Igreja, o qual previa que as instituições religiosas de todos os territórios deveriam responder a Roma e a suas orientações teológicas e filosóficas (Konz, 2023). A escolha de Charles Sentroul se encaixava integralmente no projeto e revela a posição subordinada da ordem brasileira na escolha do responsável pelo curso.

Encarada como uma ferramenta de renovação da vida intelectual e social do Brasil, especialmente em oposição ao utilitarismo e o positivismo correntes no país, tido como os principais inimigos a serem combatidos pelo neotomismo, a filosofia expressa por Charles Sentroul valorizava a integração das novas ciências, como a biologia, a psicologia e a física moderna, no rol de colaboradoras da filosofia, na medida em que esta seria “a ciência que completa a unidade do conhecimento” (Sentroul, 1908). Nesse sentido, não caberia à filosofia ampliar o conhecimento humano, mas às ciências específicas: física, matemática, química, história, geografia, astronomia, botânica, fisiologia, entre outras. Além disso, Sentroul defendia a centralidade da História da Filosofia: por um lado, esta forneceria aos estudantes o material necessário para o aprendizado da filosofia, ainda pouco difundida segundo o diagnóstico do autor, adquirindo uma função pedagógica; por outro lado, permitia separar os sistemas filosóficos verdadeiros dos incorretos, o que coincidentemente desaguava no neotomismo (Sentroul, 1908).

Uma das iniciativas levadas a cabo por Sentroul, interessado em ampliar os espaços de circulação e discussão intelectual dos discentes, foi a criação do Centro de Philosophia e Letras, em 1911, uma entidade associada à faculdade, responsável por conferências e cursos. Da criação do Centro até a partida do belga, foram realizadas 72 conferências, tanto de alunos e professores da

instituição, quanto de participantes externos, algumas das quais abertas ao público, composto por autoridades eclesiásticas e políticas de São Paulo. Chama a atenção a presença de Georges Dumas em uma das conferências, “*A psychologia do riso*”, noticiada separadamente no anuário da faculdade. Desde o início, os estudantes que se matricularam eram, sobretudo, bacharelandos ou bacharéis em Direito, que enxergavam na Faculdade de Philosophia de São Bento uma formação complementar à atuação como juristas – perfil que encontrava correspondência no quadro de patrocinadores da instituição, também composto por figuras da elite jurídica e política paulista, reunidas no Conselho de Estudos Universitários. Em 1915, ápice das matrículas no curso, dos 147 alunos inscritos, 111 eram provenientes de escolas de Direito, públicas ou particulares (Faculdade, 1915). A partir da atuação de Sentroul, o neotomismo se tornou o elemento distintivo da atividade intelectual levada a cabo pela Faculdade de São Bento, componente constantemente reivindicado pelos docentes e discentes da instituição.

Desde sua chegada, o belga buscou se integrar às elites locais, aproximando-se de figuras importantes da vida cultural, como Adolpho Pinto, além de se tornar membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), ao lado de D. Duarte Leopoldo e Silva. No entanto, apesar de sua presença entre figuras importantes da trama local e de sua participação na institucionalização da filosofia, sua atenção se manteve voltada para a Bélgica, com viagens quase anuais durante as férias letivas, mantendo uma atuação constante no Instituto Superior de Filosofia, como revela o acordo que firmou entre as instituições para a emissão de diplomas em 1911. Ademais, continuou publicando na Europa de forma extensiva. A segunda edição do livro que o consagrou foi lançada em 1912, quando já estava em São Paulo, pela Félix Alcan, casa editorial de significativa importância no cenário filosófico francês (Fabiani, 1988), sem contar as inúmeras publicações na *Revue Néo-scholastique* e a edição de outras obras. Ao voltar para a Bélgica em 1917, Sentroul não mais voltou ao Brasil, tornando-se diretor espiritual e pároco.

Assim como Sentroul, Jean Maugué chegou ao Brasil jovem, com 30 anos. Substituindo seu colega *normalien*, Maugué rapidamente ascendeu como um dos mais prestigiados professores da missão francesa. Antes de tomar posse na Universidade de São Paulo, o filósofo francês havia lecionado no *Lycée Madame de Staëll*, em Montluçon, pequena comuna ao sul de Paris, segunda instituição para a qual foi nomeado após a *agregation*. Em sua autobiografia, o francês aponta que encarou o período como uma “odisseia provincial” (Cordeiro, 2008, p. 55). Dessa forma, dispondo de um cargo de pouco prestígio, e atravessado por uma conjuntura que despertava nos jovens formados o desejo de migrar

(Cordeiro, 2009), especialmente pela dificuldade de acessar postos mais prestigiados de trabalho (Fabiani, 1988), Maugué aceitou o convite feito por Georges Dumas para trabalhar no Brasil. No primeiro ano de sua estada, em 1935, por limitações burocráticas, Maugué continuou a formação em filosofia conforme a matriz disciplinar estabelecida por Étienne Borne no ano anterior. Em 1936, no entanto, pôde alterar o currículo proposto para o curso, reorganizando a matriz em torno da História da Filosofia, encarada como parte de um projeto pedagógico.

Durante o período em que esteve no país, a seção de filosofia sofreu diversas mudanças institucionais e de infraestrutura. Na chegada, a Faculdade funcionava em uma área reservada da Faculdade de Medicina, situação ocasionada pela falta de prédio próprio e que gerou diversos descontentamentos e litígios entre os estudantes dos respectivos cursos. O conflito resultou na expulsão da seção e em sua transferência para a Escola Normal Caetano de Campos, edifício no qual estava o Instituto de Educação (Vidal & Bontempo Jr., 2025) e que já havia sido utilizado pela Faculdade Paulista de Letras e Philosophia. Além disso, a presença de estrangeiros nem sempre foi bem vista. Em 1938, Alexandre Corrêa, naquele momento professor catedrático de Direito Romano na Faculdade de Direito e docente de filosofia na Faculdade de São Bento, assumiu como diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras por indicação do interventor Adhemar Barros. Conforme aponta Petitjean (1996), no período em que Corrêa esteve à frente da FFCL, este interveio na renovação dos contratos de modo a impedir a continuidade dos docentes franceses. Além disso, e talvez o mais importante para entender a situação filosófica local, Corrêa buscou a aprovação de uma reforma curricular que criaria uma nova cadeira de neotomismo para o curso de Filosofia. Ainda que malsucedida, especialmente pela resistência dos docentes e estudantes, a escolha do intelectual e a tentativa de instaurar o neotomismo como prática dentro da nova instituição revelam dimensões importantes da disputa pela institucionalização do curso.

Ao retornar à França, em 1944, Maugué também já havia distribuído os novos quadros professorais: João Cruz Costa, para a cadeira de Filosofia, Lívio Teixeira, para a de História da Filosofia, e Anitta Marcondes, para a de Psicologia, a qual desde o início daquela década já se distanciava intelectualmente da filosofia. Cumpre notar que Cruz Costa e Lívio Teixeira possuíam formação anterior. O primeiro havia cursado Medicina, ainda que não tivesse concluído o curso, além de ser integrante da Sociedade Paulista de Philosophia e ter feito parte da formação na França, nos mesmos anos de Maugué, o que pode explicar a rápida afinidade entre ambos. Já Lívio Teixeira era formado pela Faculdade de Direito de São Paulo e já havia ensinado teologia e filosofia em instituições

presbiterianas. Apesar dos esforços locais para trazê-lo de volta, o francês nunca mais retornou ao Brasil. No entanto, sua figura é central nos relatos de formação de intelectuais como Antônio Candido, Gilda de Mello e Souza e outros não-filósofos, o que pode ser resultado das dinâmicas institucionais que previam a integração entre cadeiras de cursos distintos (Consolim, 2023), assim como da nova ambiência intelectual em constituição (Pontes, 1988).

Dessa maneira, Charles Sentroul e Jean Maugué foram responsáveis pelas orientações disciplinares que moldaram os respectivos cursos em que atuaram como docentes, imprimindo marcas duráveis nos distintos arranjos filosóficos em concorrência nas décadas de 1930 e 1950, além de organizarem a reprodução dos quadros responsáveis pela continuidade do ensino nas faculdades, sobretudo por discentes com formação prévia nas carreiras tradicionais. Da mesma forma, apresentam uma relativa dependência institucional, isto é, são amplamente identificados com as instituições em que lecionaram, e pouco reconhecidos por outras participações na vida intelectual, caso dos outros dois estrangeiros examinados. Além disso, ambos retornavam frequentemente aos seus países de origem durante os períodos de recesso, mantendo vínculos pessoais, intelectuais ou/e institucionais com a Europa. Há dois pontos, no entanto, em que divergem: em primeiro lugar, Sentroul dispunha de grande prestígio no meio filosófico europeu para além da Bélgica, ao contrário de Maugué que passava pela sua “odisseia provincial” e mantinha-se relativamente afastado do centro parisiense; o segundo ponto diz respeito às lógicas de trabalho, mas que pode indicar certas diferenças nas estratégias dos agentes². O trabalho intelectual em contexto religioso é mais orientado para a hierarquia eclesiástica do que para a circulação e a consagração externa, ao contrário da formação levada a cabo na França, como explicita Fabiani (1988), cuja consagração depende de diversos mecanismos extrauniversitários.

² Agradeço a Bruno Zorek por apontar esse caminho durante a discussão do projeto que deu origem à pesquisa, especialmente ao lembrar possíveis horizontes weberianos para resolver a questão dos intelectuais religiosos x seculares. Miceli (2009 [1988]) também aponta, a partir de outro ângulo, para a mesma problemática: “Enquanto os intelectuais dependem da conquista de um nome próprio, da fatura de um estilo e de um universo temático reconhecíveis, do aplauso dos pares, o êxito dos prelados é julgado com base em indicadores de caráter administrativo. Esses feitos se tornam tanto mais relevantes quando imantados à ortodoxia doutrinária das tomadas de posição no púlpito, nas pastorais, umas e outras enredadas pelas ligações dos prelados com os detentores do poder corporativo no país e no Vaticano” (p. 12).

Henrique Geenen e Leonardo van Acker, por outro lado, podem ser encarados a partir da participação nos debates educacionais levados à cabo no Brasil a partir da década de 1920, cujo ápice pode ser identificado na década seguinte com o governo de Getúlio Vargas e as reformas administrativas do Estado. Ambos se apropriaram dos seus respectivos esquemas filosóficos como arma de combate nos litígios, de maneira que se posicionam de modo oposto: o primeiro mais próximo do escolanovismo paulista, especialmente de Lourenço Filho e Antonio Piccarolo, e o segundo próximo das hostes católicas organizadas em torno do trabalho de Alceu Amoroso Lima. A partir destes polos, produziram-se coleções editoriais, instituições e conferências específicas para cada grupo (Nery, 2009; Gomes, 2015), ampliando as redes intelectuais e os suportes de circulação. Os filósofos não estavam alheios a esse processo. Ao contrário, eram agentes ativos na constituição desse espaço como fundadores de instituições, debatedores e produtores de suportes de circulação. O debate educacional avolumado nos anos 1920, significou a possibilidade de integrar as hostes que concorriam com projetos educacionais distintos e, ao mesmo tempo, defender o ensino de filosofia na instrução dos estudantes e professores.

Nascido Franz Heinrich Bodestaff, em Weeze, na Alemanha, Geenen chegou ao Brasil na primeira década do século XX, entre 1905 e 1907, sem informações exatas da data e nem de sua formação. Desde sua chegada, oferecia aulas de idiomas – francês, alemão, latim e inglês –, além de serviços de tradução e correção. Ofertava também lições orientadas para o ingresso nas instituições de ensino superior, como a Faculdade de Direito e de Medicina. Em 1908, publicou o livro “*Compendio de Logica organizado segundo o Programma do Exame de Admissão às Faculdades de Direito*”, que obteve três edições até 1913. No ano seguinte, também publicou o “*Compendio de Psychologia*”, com duas edições até 1912. Na década de 1910, também foi diretor da *Revista dos Educadores: pedagogia, psychologia, ciencias, letras, arte*. A revista era associada à Universidade Livre de São Paulo, instituição fundada em 1911, e possuía, além de jardim de infância, ensino primário e secundário, uma variedade de escolas superiores – Bellas Artes, Ciencias e Letras, Commercio, Pharmacia, Odontologia, Agronomia e Zootechnia, Engenharia, Medicina e Direito – sendo docente na cadeira de História da Filosofia do Instituto de Ciencias e Letras. Ao contrário de Leonardo van Acker, que dispunha de uma posição estável como lente da Faculdade de São Bento, de modo que veio para o país com um cargo garantido, Geenen dependeu da articulação entre atividades distintas para viver na capital paulista: professor particular e secundário, tradutor de obras e diretor de revista, sempre alternando entre cargos e instituições. Além disso, suas obras abrangem uma variedade de temas, desde temáticas mais restritas e de circulação

mais circunscrita, até obras de divulgação, cujas tiragens desfrutavam de amplo alcance, especialmente aquelas para o ingresso em Direito e Medicina.

A circulação entre diferentes instituições e sempre gravitando a elite cultural paulista parece ter logrado efeito, especialmente na década de 1920. Além de integrar o esforço da Escola Nova em conferências no Rio de Janeiro e em São Paulo, com proposições acerca do ensino secundário e da filosofia, publicou alguns artigos na Revista do Brasil, suporte privilegiado da vida intelectual no período, e contou com a legitimação de intelectuais locais como Monteiro Lobato, que prefaciou o livro “*Aventuras de uma família de São Paulo durante a revolta de julho de 1924*”, publicado em 1925. Da mesma forma, em 1931, publicou na coleção “Bibliotheca de Educação”, dirigida por Lourenço Filho. O livro “*Temperamento e Caráter sob o ponto de vista educativo*”, quarto volume do conjunto, refletia acerca da psicologia experimental e da psicanálise, de modo a enquadrar o processo de desenvolvimento da individualidade e das faculdades humanas, mobilizando uma variedade de referências contemporâneas e escritos filosóficos para justificar sua posição. Outro ponto importante desse processo de integração no debate local foi a constante apropriação de pensadores brasileiros, constantemente evocados nos textos, tanto para chancelar a posição defendida pelo autor quanto para serem criticados ou refutados, de modo que se insere enquanto participante da tradição local.

O mesmo procedimento foi realizado por Leonardo van Acker, que desde sua chegada defende a mirada para tradição filosófica brasileira – positivistas, espiritualistas e materialistas – como estratégia para os filósofos beneditinos. Esse posicionamento transparece na lição inaugural de 1922, na qual, além de expor a relação entre fé e ciência, propõe a intervenção dos filósofos a partir da “matéria nacional”. Para isso, insere-se na herança intelectual europeia e brasileira, recorrendo críticas aos “produtos de importação sem grande originalidade” (van Acker, 1922, p. 30), como o materialismo, positivismo e espiritualismo, e ao pensamento religioso de Farias Brito. Para van Acker (1922), a verdadeira tarefa da Faculdade de Philosophia era “levar em consideração essas doutrinas preponderantes no Brasil” e colocar “em equação os verdadeiros princípios do ser da moral” (p. 31).

Uma das iniciativas empreendidas pelo intelectual foi a transformação dos anuários da faculdade, na *Revista da Faculdade de Filosofia e Letras*, publicada de forma intermitente entre 1926 e 1943, privilegiando artigos e resenhas em detrimento das crônicas institucionais. A mudança ampliou a circulação da produção intelectual dos membros da Faculdade, repetindo a fórmula da Revista *A Ordem*, fundada pelo Centro Dom Vital no Rio de Janeiro, com a qual mantinha estreita colaboração. Além de artigos sobre o pensamento neotomista e a filosofia política, a Revista contava com uma

seção de resenhas que cumpria uma dupla função: aclamar autores aliados da rede católica – como Alceu Amoroso Lima, Ludgero Jaspers e José Bueno de Castro Nery – e criticar posições concorrentes, especialmente os representantes da Escola Nova, incluindo Henrique Geenen. As resenhas expressavam, assim, os posicionamentos dos intelectuais católicos nos debates públicos nacionais, reforçando alianças e depreciando esquemas opostos.

Ao contrário de Charles Sentroul e Jean Maugué, que mantiveram laços estáveis com seus países de origem, esse não parece ser o caso para Henrique Geenen e Leonardo van Acker. Ambos construíram sua carreira inteiramente no cenário intelectual brasileiro, dialogando com figuras da vida cultural local e, em alguns casos, latino-americana, como revelado pela troca epistolar entre Geenen e José Ingenieros. Apesar das diferentes trajetórias e da posição assimétrica dos autores, ambos participaram ativamente do debate educacional entre os anos 1920 e 1930, orientando sua produção filosófica em torno dos problemas do ensino secundário, encarado como ferramenta de renovação nacional, e defenderam a centralidade da filosofia nesse processo de reorganização escolar. Na década de 1940, Leonardo van Acker se torna o principal docente do curso de Pedagogia da PUC/SP, sem deixar de lado sua atuação enquanto filósofo, especialmente na *Revista Brasileira de Filosofia* (1951) e na *Revista Convivium* (1962), e no *Instituto Brasileiro de Filosofia* (1949). A trajetória de Geenen, por outro lado, se encerra com sua morte em 1933, ainda que, por esforço de João Cruz Costa, uma segunda edição do seu “*Compêndio de Filosofia*” foi publicada postumamente. Apesar disso, atualmente é reconhecido como um dos introdutores da psicanálise no Brasil e objeto de estudos na área da história da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entrever a institucionalização da filosofia a partir da presença de intelectuais estrangeiros, a história desse processo adquire novas nuances e aponta para novos caminhos de pesquisa, antes obscurecidos pela circunscrição da prática filosófica a modelos específicos. Com trajetórias distintas e possibilidades assimétricas de atuação em território até então desconhecido, estes intelectuais participam do processo de diferentes formas, o que resultou, no entanto, no surgimento de novos móveis de combate, na criação de instituições e na ampliação das redes de sociabilidade, que acirram a concorrência em torno da definição de *filosofia* e de seu praticante, o *filósofo*. De modo contíguo aos arranjos de trabalho já consagrados, surgiram novas formas de operar o discurso filosófico que, imersas nos problemas intelectuais e sociais do período, intevieram no debate público e nos litígios

acerca dos horizontes nacionais. O que se observa, antes, é uma diferenciação interna: filiações intelectuais e correntes teóricas distintas passaram a compor um cenário comum de atuação e contestação entre os filósofos, cujas tensões e alianças se definem pelas trajetórias distintas de cada intelectual. Essa constatação permite ampliar o escopo daquilo que se nomeia como “filosofia nacional”, até então restrito, pela historiografia disciplinar, a certas modalidades do trabalho filosófico, e reconstituir historicamente a prática filosófica em sua complexidade efetiva.

REFERÊNCIAS

ACKER, Leonardo van. Faculdade de Philosophia e Letras: Discurso de D. Amaro van Emelen, illustre Reitor da Faculdade, em apresentação aos alumnos do Dr. Leonardo van Acker, que pronunciou, em seguida, a sua lição inaugural de philosophia. In: ANUÁRIO da Faculdade de Philosophia e Letras de São Paulo. São Paulo: Typographia Brazil, 1922. p. 13-39.

ALMEIDA, Francis Silva de. *A presença, a ausência e a presença-ausente da Filosofia como disciplina escolar no Ensino Secundário brasileiro (1890-1982)*. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, 2024.

ALMEIDA, Jane Soares de. Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): Revendo uma Trajetória. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 76, n. 184, p. 665-689, set./dez. 1995. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1184>. Acesso em: 14 ago. 2026

ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência dos anos 1960)*. São Paulo: [s.n.], 2021b.

BARBUY, Heloisa; MARTINS, Ana Luiza. *Arcadas: história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

CANHADA, Julio. *O Discurso e a história: A filosofia no Brasil no século XIX*. Porto Alegre: Loyola, 2020.

CHEW, Matthew. Politics and Patterns of Developing Indigenous Knowledge Under Western Disciplinary Compartmentalization: the Case of Philosophical Schools in Modern China and Japan.

In: KUSCH, Martin (org.). *The Sociology of Philosophical Knowledge*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2000. p. 125-153.

CONSOLIM, Marcia. L'enseignement des sciences sociales au Brésil: Français, Nord-Américains et Brésiliens (1933-1945). *Revue d'histoire des sciences humaines*, Paris, n. 42, p. 15-48, 2023.

CORDEIRO, Denilson Soares. *A formação do discernimento: Jean Maugué e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, Aryana. Há ainda algo de novo a dizer sobre o curso de História da USP?. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Universidades e ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1970.

FABIANI, Jean-Louis. *Les philosophes de la République*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1988.

FACULDADE DE PHILOSOPHIA E LETRAS DE SÃO BENTO. *Anuário da Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento*. São Paulo: Typographia Brazil, 1908-1925.

FACULDADE DE PHILOSOPHIA E LETRAS DE SÃO BENTO. *Revista da Faculdade de Filosofia e Letras*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1926-1943.

FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Squarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

GEENEN, Huberto. *Temperamento e Carater sob o Ponto de Vista Educativo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1928.

HÜTTNER, Edison. “Fontes sobre a fundação da Faculdade de Filosofia do Mosteiro de S. Bento” - Edison Hüttner. In: BAVARESCO, Agemir. [Canal Agemir Bavaresco]. YouTube, 1 nov. 2025 (3:27).

Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NQPFI25rrnQ&t=1838s>. Acesso em: 14 ago. 2026.

KONZ, Kelvin Borges. *A renovação da vida beneditina no Brasil no contexto do pós padroado (1889-1914)*. 2023. Tese (Doutorado em Teologia) – Facultad de Teología, Universidad de Navarra, Pamplona, 2023.

LIRA, Larissa Alves de. *Pierre Monbeig e a formação da geografia brasileira: uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão dos valores literários, “tentação à ação” e sistematização do método (1925-1957)*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

MELO, Thaís de. *A Faculdade de Philosophia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: uma empreitada educacional no início da República (1915-1922)*. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. *Nacional estrangeiro: história social dos escritores brasileiros da época modernista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. O Conselho Nacional de Educação: esboço de análise de um aparelho de Estado (1931-1937). In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. cap. 3, p. 293-341.

_____. *Poder, sexo e letras na República Velha: estudo clínico dos anatomistas do intervalo*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MUCHAIL, Salma Tannus (org.). *Um passado revisitado: 80 anos do curso de Filosofia da PUC-SP*. São Paulo: EDUC, 1992.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2, p. 233-307.

OLIVEIRA, Pedro Renato; PATROCLO, Luiz Borges; SILVA, Felipe Rafael da Silva. A Contribuição Histórica do Colégio de Pedro II para a Configuração da Filosofia como Disciplina Escolar nos Cursos Secundários no Brasil. *Communitas*, Rio Branco, v. 7, n. 17, p. 103-116, 2023.

OSÉS, Mariana Ladeira. *Os mestres franceses e a moderna historiografia brasileira: sociogênese de um esquema de leitura historiográfico*. 2025. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

PETTITJEAN, Patrick. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). In: HAMBURGER, A. I. et al. (Orgs.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1996. p. 259-330.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SÃO PAULO (Arquidiocese). Acta de instalação. São Paulo, [entre 1908 e 1910]. Código de referência: 09-03-034. Guardado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do falar e história da linguística*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SENTROUL, Charles. *Qu'est-ce que la philosophie? Leçon d'ouverture du Cours de Philosophie*. São Paulo: Duprat & Co., 1908.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Os caminhos da internacionalização e as estratégias de legitimação dos psicólogos no Brasil. In: ALMEIDA, Ana Maria F. (org.). *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Unicamp, 2004.

TUFFANI, Eduardo. Nota pelos cem anos do ensino superior de Filosofia no Brasil (1908-2008). *Discurso*, São Paulo, v. 39, n. 39, p. 321-340, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves; BONTEMPI JR., Bruno. *A Faculdade de Educação e a Formação Docente na USP*. São Paulo: Edusp, 2025.

WEINSTEIN, Barbara. *A cor da modernidade: a branquitude e a formação da identidade paulista*. São Paulo: Edusp, 2022.

WOODARD, James P. *Um lugar na política: republicanismo e regionalismo em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2019.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Graduado em História e mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo. Possui interesse pela história intelectual do Brasil contemporâneo, com pesquisa orientada para a constituição filosofia como disciplina universitária a partir da concorrência entre arranjos filosóficos distintos.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.